

**Ata da 6ª reunião do Fórum Permanente de Discussão
sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319**

No dia 09 de abril de 2018, às 14h, na Superintendência Regional do DNIT no Estado do Amazonas, foi realizada a 6ª reunião ordinária do Fórum Permanente de Discussão sobre o processo de reabertura da rodovia BR-319, com a participação das pessoas que assinaram a lista de presença em anexo.

Aberta a reunião pelo Dr. Rafael da Silva Rocha, Procurador da República, foi aprovada a seguinte pauta: abertura da palavra aos presentes para destaques das atas das reuniões anteriores, a seguir a apresentação do DNIT sobre os estudos e projetos que estão sendo desenvolvidos e, no final, os encaminhamentos.

Inicialmente, o Dr. Rafael realizou a leitura da manifestação do MPF nos autos do processo em que se discute o fracionamento do licenciamento ambiental da BR-319, seja por atividade, seja por ente licenciador (federal e estadual). Nesse contexto, considerando ainda os possíveis impactos ambientais decorrentes da reabertura da rodovia, o MPF decidiu propor a criação do fórum, marcando uma mudança na atuação do MPF, de demandista para resolutiva. A premissa do fórum é a pavimentação com sustentabilidade, com a mitigação e compensação dos impactos, principalmente a expansão do desmatamento.

O segundo ponto relevante das atas anteriores, destacado pelo procurador, foi o informe sobre o estado da arte do EIA do trecho do meio. Está pendente o estudo de componente indígena, cujo prazo previsto para conclusão é maio de 2019, quando deverá ser submetido à FUNAI.

Depois, foram criadas as comissões temáticas: comando e controle, desenvolvimento municipal e gestão ambiental e territorial (contemplando também regularização ambiental e fundiária). No âmbito da comissão de comando e controle, o MPF solicitou por ofício circular a vários órgãos estimativas de recursos humanos e materiais para garantir a governabilidade da BR 319 após a repavimentação. Boa parte das instituições já responderam. As duas outras comissões foram fundidas, ficando como uma espécie de “comissão de desenvolvimento sustentável”, abrangendo o fomento da economia, a regularização fundiária e as questões ambientais.

Houve a reunião em Manicoré, onde foi apresentada a demanda sobre a inclusão do Ramal de Manicoré (BR-174/AM-364) nas discussões, o que será objeto de deliberação pelo fórum.

Feito este resumo histórico das discussões do fórum, o Dr. Rafael informou a mudança na representação da SEMA e da OAB. Foram apresentados os novos representantes destas instituições presentes nesta reunião. Além disso, o Dr. Rafael informou que solicitou uma audiência com o Governador do Estado do Amazonas para apresentar o trabalho do fórum, há quase um mês, sem ainda ter sido atendido.

A seguir, o Sr. André Marcílio, Presidente da Associação de Amigos e Defensores da BR 319, perguntou sobre a manutenção do ramal de Manicoré, conforme solicitado na reunião que ocorreu naquele município. O DNIT esclareceu que o governo do Estado, através da SEINFRA, acenou positivamente a este pedido. Retificou, ainda, a informação sobre o contrato de manutenção existente que está atualmente suspenso, podendo ser retomado (seu prazo final seria em junho e antes pretendem firmar o convênio com o governo do Estado para transferir a responsabilidade ao DNIT para realizar esta manutenção). O Sr. Fábio Galvão explicou novamente os motivos pelos quais os serviços de manutenção no Ramal de Manicoré foram paralisados, por conta da mudança sobre a responsabilidade pela rodovia – que passou a ser estadual.

O Sr. Jeferson, vice-prefeito de Manicoré, agradeceu a solução dada pelo DNIT e narrou as dificuldades enfrentadas para o deslocamento da população.

O Sr. André Marcílio perguntou sobre as providências adotadas pela Polícia Rodoviária Federal acerca do controle da tonelagem dos veículos que trafegam na rodovia com o uso das balanças da SEFAZ. O Dr. Rafael disse que a PRF foi convidada para a reunião e é assídua no fórum, mas nesta reunião não está presente por conta do falecimento de um agente no dia de hoje. Como a SEFAZ não respondeu de forma satisfatória ao ofício do MPF sobre a cessão de balanças, sugeriu que a PRF procure diretamente a SEFAZ para tratar sobre esse assunto.

A seguir, o Sr. Tiago Azambuja sugeriu a criação de um grupo de trabalho para tratar da participação das populações envolvidas, por meio de instrumentos de mídia, como website, página em redes sociais, criação de logomarca do fórum, vídeos com entrevistas, etc. A ideia é encontrar um meio de levar estas informações para a população envolvida, de forma didática, e também dar visibilidade às demandas destas mesmas populações. O Dr. Rafael disse que esta sugestão pode ficar para ser debatida ao final da reunião, como um dos encaminhamentos, desde que alguém assuma a tarefa de realizar esta atividade.

O Dr. Flávio da OAB-AM disse que pela primeira vez em 30 anos a BR 319 está operando até março, e relatou o problema do excesso de peso que vem danificando as pontes. Pediu que as próximas reuniões do fórum sejam abertas com o hino nacional.

O Dr. Rafael sugeriu que a próxima reunião do fórum seja no Careiro Castanho, com a realização de audiência pública, na primeira quinzena de maio.

O Sr. Manoel Ribamar, representante da SEINFRA, disse que o objetivo da BR-319 era “integrar para não entregar”. Posteriormente, por escassez de recursos para a manutenção da rodovia, fracassou o projeto de realizar os assentamentos do INCRA para ocupação da BR-319 e desenvolvimento do setor primário. Acrescentou que o Estado do Amazonas realizou a recuperação do Careiro até o Rio Tupana e depois por mais 240 km, até que a atribuição sobre a rodovia foi transferida ao DNIT. Afirmou que a questão ambiental travou os planos de interligação da BR-319 com a 174 (ligação norte-sul) para escoar os produtos do Amazonas para o Centro-Sul do Brasil e para o Caribe.

Em seguida, o superintendente do DNIT iniciou a apresentação sobre o projeto executivo das obras de pavimentação do trecho do meio, após a aprovação do EIA-RIMA completo com o estudo do componente indígena e emissão da LI pelo IBAMA. Mostrou o mapa do trecho do meio, com 405 km. O projeto executivo engloba a ponte sobre o Rio Igapó-Açu, com extensão de 455m.

Apresentou a seção transversal tipo da plataforma, composta por reforço de subleito, base e revestimento asfáltico em concreto betuminoso. Foi perguntado se o padrão apresentado atende às normas nacionais ou internacionais. O DNIT disse que atende conforme a classificação da rodovia, de acordo com sua capacidade de suporte – Classe III.

Apresentou os estudos preliminares e os projetos de engenharia realizados, que engloba também a recuperação de áreas degradadas.

O projeto executivo é originalmente dividido em 6 lotes, mas apresentaram modificações das extensões dos lotes das obras de pavimentação, com a divisão em 9 lotes. Nesta proposta, os lotes são mais curtos, e com extensões mais aproximadas entre cada um deles, facilitando a execução das obras de forma mais rápida, com várias empresas mobilizadas simultaneamente.

Informou que a proposta de alteração dos lotes do projeto executivo será levada à Diretoria Colegiada do DNIT para aprovação. Mostrou o projeto da ponte sobre o Rio Igapó-Açu, elaborado pelo Exército, assegurando que a comunidade permanecerá no local. Acrescentou que o material é concreto armado com vigas metálicas, no mesmo modo das pontes do Castanho e do Tupana, que são apenas de menor extensão. Todas essas obras somente poderão ser licitadas e contratadas após o licenciamento ambiental.

O Dr. Flávio perguntou se ainda esse ano o DNIT pode asfaltar outro trecho (fora do trecho do meio) – Ponte no Atininga, no km 234.

O Dr. Fábio disse que fizeram o licenciamento ambiental à parte e já possui LI do IBAMA. Foi contratada a empresa por licitação – J NASSER Engenharia – e até o mês de agosto a ponte deverá ser inaugurada, com extensão de 75m. Sobre o lote C, que vai do km 198 (onde termina o trecho da restauração que inicia no Careiro da Várzea) ao 250 (início do trecho do meio), o DNIT ainda iniciará as obras de pavimentação, estando em fase de finalização da elaboração do anteprojeto para poder licitar até o final do ano. Considera que a primeira pavimentação feita neste trecho com o Exército não gerou resultado satisfatório.

O Sr. André Marcílio perguntou se o ajuste do projeto, quanto às alterações nos lotes, pode ser questionado pelo IBAMA e dificultar o licenciamento ambiental. Sobre as questões orçamentárias, perguntou se o ano eleitoral pode comprometer a destinação de recursos da União.

O Sr. Fábio Galvão disse que não acredita que a redivisão dos lotes poderá gerar qualquer problema quanto ao licenciamento ambiental, pois o trecho do meio é o mesmo, e a atribuição técnica para definir os lotes apenas das obras é do DNIT. Afirmou que não existe alteração de projeto ou alargamento da rodovia, o que causaria novos impactos ambientais. A Sr. Luizete do IBAMA confirmou que esta alteração não dificultará o licenciamento ambiental.

Sobre a questão orçamentária em ano eleitoral, o DNIT disse que o orçamento está previsto na lei orçamentária definida no ano anterior. Está sendo articulado o orçamento de 2019 para a malha rodoviária, com prioridade para o trecho do meio da BR-319. Narrou outras obras previstas, como a rodovia entre as cidades de Benjamim Constant e Atalaia do Norte e a rodovia dentro do PARNA Pico da Neblina.

O Sr. André Marcílio disse que estão articulando uma nova caravana para Brasília e que pretendem levar este pleito orçamentário aos Ministérios dos Transportes e do Meio Ambiente.

O Dr. Flávio fez novos pedidos sobre as obras que estão atrasadas em outros trechos da BR-319, sendo justificado que o atraso se deve ao período chuvoso.

O Dr. Rafael disse que nas várias viagens que já realizou na BR-319, desde 2016, pôde observar que o trecho inicial de Manaus até o Careiro, onde não existem empecilhos ambientais para as obras, não se encontra em boas condições de trafegabilidade, ainda mais em comparação com o trecho final entre Humaitá e Porto Velho. E perguntou qual o motivo para este fato.

O Dr. Fábio justificou que os contratos para a manutenção deste trecho inicial iniciaram em 2014 e ainda não foram totalmente executados, por conta das restrições orçamentárias, já que precisam dividir os recursos entre as obras de várias outras rodovias e de outros trechos da própria BR-319. Reiterou que, no trecho C, o convênio com o Exército não prosperou e, por isso, estão refazendo o anteprojeto para rellicitar a obra, o que deve acontecer até o meio do ano.

A seguir, o Deputado Estadual Luiz Castro disse que se preocupa com o estabelecimento do conceito sustentável da BR 319, o que vai além do projeto apresentado hoje pelo DNIT. Entende que ainda devem ser definidas com mais clareza as responsabilidades sobre o trecho do meio, antes do início da sua pavimentação, com a efetivação das UC's, garantia de controle e monitoramento e outras questões que ainda não estão sendo discutidas. Não se trata apenas de uma obra de engenharia, é preciso garantir o conceito de governança ambiental e social para a BR-319, a fim de que se possa obter o consenso entre todos os interesses que incidem sobre a rodovia.

O Governo Federal deveria negociar esse modelo de governança ambiental, com a mediação do MPF, garantindo recursos para as UC's e outras medidas, a fim de não correremos o risco de ver todo esse trecho do meio de mais rica biodiversidade da Amazônia destruído. Essa é uma estrada emblemática para o mundo, não só para o Brasil ou a Amazônia. Portanto, a abertura da estrada não pode virar vetor de desmatamento e crimes fundiários. É preciso ir além do projeto hoje apresentado pelo DNIT, incluindo exigências de cunho socioambiental.

O Dr. Rafael esclareceu que concorda no mérito com a manifestação do Deputado Luiz Castro e que a assimetria procedimental existente se justifica por ser o DNIT o empreendedor, com a prerrogativa de definir o projeto executivo e submeter ao licenciamento do IBAMA, sendo que as medidas de governança necessárias poderiam ser definidas em outras esferas, como a Casa Civil do Governo Federal. Lembrou que o EIA-RIMA foi rejeitado pelo IBAMA por conta da ausência de medidas de governança ambiental, que não estariam na alçada do DNIT definir (empreendedor), pois envolve a atribuição de vários outros órgãos.

O MPF vislumbra que, no segundo semestre do ano de 2018, os integrantes do fórum poderiam se dedicar à construção de um termo de compromisso para entregar à Presidência da República, como forma de estabelecer a governança ambiental da BR-319. Sobre a implementação das UC's, o MPF obteve uma liminar parcial em ACP com este objeto, para que o ICMBio execute as medidas necessárias, não sendo possível arguir a limitação orçamentária, pois a União também está no polo passivo da ação. O Dr. Rafael comprometeu-se a levar a referida decisão ao conhecimento dos participantes do fórum, inclusive para ajudar o ICMBio no seu cumprimento, pois se trata de um objetivo comum a todos.

O Dr. Fabio Galvão do DNIT disse que comunga da mesma preocupação, sendo que nos últimos 12 anos já investiram mais de 100 milhões de reais em estudos ambientais. Informou que estão elaborando os estudos complementares do EIA-RIMA a partir do TR renovado recentemente pelo IBAMA. O estudo do componente indígena, por sua vez, está sendo elaborado conforme TR da FUNAI. Apenas uma das condicionantes da licença ambiental do serviço de manutenção ainda não foi cumprida, que é a construção dos portais, devido ao impasse com o Exército.

O Dr. Rafael disse que ficou registrado em ata que a SEMA ocuparia estes postos. No entanto, foi esclarecido que a intenção ainda não foi concretizada.

O DNIT ainda disse que possui um consórcio de empresas que realiza o monitoramento dos serviços de manutenção no trecho do meio, com equipe técnica multidisciplinar, a fim de prevenir problemas com o IBAMA e o MPF que possam gerar mais atrasos na obra.

O Dr. Leonardo Galiano perguntou sobre as medidas compensatórias relacionadas aos danos ambientais inevitáveis com a repavimentação da BR 319. E ainda sobre o aspecto do patrimônio público, preocupando-se com o abandono dos lotes contratados pelas empresas, narrando exemplo que viveu em Roraima, sendo que este abandono implica em custos para o poder público, que fica obrigado a manter canteiros de obras, etc.

Observou que, no contrato, foi prevista uma garantia muito tímida para o porte das empresas e da obra contratada. E perguntou se já existe algum estudo sobre as garantias que virão a ser exigidas na licitação para que as empresas que vierem a ser contratadas cumpram o objeto do contrato.

O DNIT respondeu que poderá fazer essa reunião com a AGU para estudar as garantias necessárias e evitar futuros problemas como o narrado em Roraima, sendo que na modalidade RDC a garantia é de 30% e mais os seguros previstos em lei. Sobre as medidas compensatórias, o DNIT disse que acredita que os portais já estarão operando, assim como as UC's já estarão implementadas quando da execução das obras de pavimentação, o que diminuirá bastante o risco de dano ambiental.

O Dr. Leonardo disse que o RDC está *sub judice* em razão de questionamento de constitucionalidade da PGR, já que a elaboração do projeto por quem vai executar a obra tem um componente temerário. Portanto, ao optar por este modelo contratual, o DNIT poderá correr um risco. Quanto às garantias, quanto antes forem definidas, maiores seguranças se dá para quem vai contratar com a Administração.

O DNIT disse concordar com as questões colocadas e que, por isso, atuam muito fortemente na fiscalização da execução dos contratos, com equipes de consultoria ambiental em campo todo o tempo. Sobre o RDC integrado, o TCU acompanha anualmente as obras e as do DNIT têm sido referência dentre os órgãos federais. Informou que todas as obras do PAC o DNIT executa por meio deste regime.

O Sr. Ricardo Luiz da FUNAI perguntou sobre os prazos para entrega do EIA e estudo do componente indígena. Indagou, ainda, como estão as tratativas sobre estes estudos para que não ocorram atrasos. Sobre o comitê de comando e controle associado a este fórum, disse que o mesmo engloba outras CR's da FUNAI além da CR Manaus, como por exemplo as CR's de Humaitá e de Lábrea, e por isso encaminharam a demanda do MPF (ofício relatado antes pelo Dr. Rafael) à FUNAI sede em Brasília, para sua Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental, que tem mais condições de integrar este comitê de comando e controle.

O Dr. Rafael esclareceu que a participação da FUNAI na comissão de comando de controle, embora não seja obrigatória (todas as participações no fórum são voluntárias), é muito importante para subsidiar esta comissão com sua expertise técnica. O representante da FUNAI concordou e apenas reiterou que o pedido deve ser encaminhado à FUNAI sede.

O DNIT disse que compartilha da mesma preocupação com os prazos e reclamou da morosidade da FUNAI em dar retorno aos documentos protocolados pelo DNIT. Declarou que o estudo do componente indígena está sendo elaborado conforme TR emitido pela FUNAI sede, sendo que a primeira campanha será iniciada em 22 de maio. O TR é público e foi emitido em 2015. Reforçou que a data prevista pelo DNIT para a entrega do componente indígena é maio de 2019.

A Sra Luizete do IBAMA perguntou ao DNIT sobre a fala de que “nos estudos ambientais já foram gastos mais de 100 milhões”, porque no seu conhecimento a criação das UC's e sua demarcação estão englobadas neste valor, não podendo se inferir que este valor foi gasto apenas no EIA-RIMA. **Assim, requer que a ata registre para o conhecimento de todos do fórum esta informação.** O DNIT confirmou que neste valor estão incluídos os convênios com o Exército para demarcação das UC's, com a SEMA, com a UFAM para o 1º EIA-RIMA e outros vários convênios com outras instituições.

O Dr. Rafael sugeriu que a apresentação exibida em *Power Point* seja circulada pela lista de e-mails para todos do fórum, pelo próprio DNIT, assim como a informação quanto a cada item no qual foram gastos os recursos de “estudos ambientais”.

A seguir, foi feito o intervalo para o *coffee break*.

O Sr. André Marcílio lembrou que, em reunião passada, a então representante da SEMA declarou que o Estado poderia ocupar os portais a serem construídos pelo DNIT. Perguntou se, com a mudança na representação, o órgão mantém esta disposição. O Sr. Paulo, atual representante da SEMA, disse que ainda não tinha condições de responder, pois é a primeira reunião da qual participa e ainda está se inteirando do assunto.

Por fim, passaram-se aos encaminhamentos:

1 – A próxima reunião do fórum será no Careiro Castanho, com audiência pública, no dia 14 de maio de 2018. Foi falado sobre a importância de mobilizar as comunidades indígenas para se fazerem presentes e discutiram o melhor horário para a realização do evento, a fim de viabilizar a participação de todos. A princípio, a agenda ficou combinada da seguinte forma: às 9h, reunião com autoridades, e às 14h audiência pública. Cada órgão deve arcar com os próprios custos para o deslocamento e participação na reunião.

2 – Sobre a sugestão do Sr. Thiago de dar maior visibilidade às informações do fórum, inclusive pela internet. O procedimento do MPF todo é público. E o Sr. André Marcílio já se voluntariou para trabalhar na criação do site. Combinou-se de circular o formato proposto para o site para a aprovação e sugestões dos membros do fórum. A ideia é que o domínio do site seja gratuito. E que se utilizem também redes sociais (facebook e whatsapp). Foi criada uma comissão provisória para idealizar a criação do site: Dr. Rafael, Sr. Thiago e Sr. André.

3 - Sobre a proposta de criação de um fundo para o fórum para custear, por exemplo, a participação das populações que não têm condições de realizar os deslocamentos para participar das reuniões, não seria tão simples porque o fórum não é uma pessoa jurídica institucionalizada, e haveria questionamentos sobre a quem caberia a gestão deste fundo.

4 – Sobre os portais, **o Dr. Rafael disse que oficiará ao Secretário da SEMA, solicitando posicionamento oficial;** e pediu também que outra pessoa se voluntariasse, na próxima reunião, a assumir a tarefa que havia sido assumida pela antiga representante da SEMA, de identificar situações pontuais de vazios fundiários na região, uma vez que o Sr. Paulo (novo representante do órgão) não tem a mesma vivência na região e não seria justo exigir que fizesse tal trabalho. Portanto, poderia esta tarefa ser assumida por outra pessoa do fórum que tivesse mais informações a respeito. O Sr. Abraham Benayon da SEMA disse que pode levar a proposta ao Secretário e tentar realizar este levantamento por meio do laboratório de georreferenciamento do órgão. Por fim, ficou decidido que **o MPF expedirá ofício circular para Ibama, Icmbio e Sema para que indiquem pessoas para participarem das reuniões da comissão de regularização fundiária e para realizarem o trabalho de identificação de vazios fundiários pontuais.**

5 – O Sr. Vanildo Pereira do CIMI solicitou que a 6ª CCR (5º Ofício da PR/AM) também realize o mesmo levantamento em relação às terras indígenas na região da BR-319.

O Sr. André Marcílio informou que, nos dias 16 a 18 de maio, haverá mais uma caravana saindo de Manaus-Porto Velho até Brasília para pressionar os Ministérios dos Transportes e Meio Ambiente quanto à BR-319. Convidou a todos que quisessem participar de reunião de planejamento desta caravana, em 10/04/2018, na ALEAM.

Como palavra final, o Superintendente do DNIT reafirmou o compromisso de pavimentação com sustentabilidade da BR 319.